

Senado terá controle maior sobre orçamento

11 NOV 1967

A Comissão do Distrito Federal no Senado concluiu, ontem, parecer final sobre o orçamento do DF para o próximo ano, dando poder ao Legislativo para fiscalizar os projetos de dotação mínima e sobre a abertura de créditos suplementares por parte do Executivo local. O parecer já foi enviado à Secretaria Geral da Mesa do Senado e deverá ser lido hoje na sessão da Casa.

Após a leitura, o parecer final será publicado e o orçamento entrará na ordem do dia do Senado à espera de votação. O prazo final para a aprovação se encerra no dia 30 de novembro, mas, segundo a Secretaria da Mesa do Senado, o processo burocrático é rápido e o orçamento do DF deverá ser votado na próxima semana.

As emendas que permitirão ao Legislativo um maior controle das despesas pelo senador Meira Filho (PMDB/DF). A primeira reduziu de 50 para 40% a competência do Executivo do DF em abrir créditos suplementares do total da receita orçada. Acima deste percentual, caberá ao Senado analisar a proposta de abertura de crédito suplementar.

A segunda, fixa que os projetos com dotação orçamentária de até Cz\$ 10 mil, deverão ser fiscalizados pelo Legislativo, quando da abe-

tura de créditos adicionais para os programas. Os projetos deverão ser encaminhados ao Senado para aprovação, trazendo dados detalhados sobre a programação dos recursos para conhecimento e acompanhamento do Legislativo.

Esta fiscalização será aplicada também aos projetos abertos com créditos adicionais concedidos pela União, de acordo com parágrafo único da emenda do senador. A terceira emenda apresentada por Meira Filho, foi feita a pedido do Executivo local e se relaciona à inclusão no orçamento do Plano de Aplicação do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros, que foi esquecido no orçamento original.

As modificações fizeram parte do parecer parcial do senador que analisou as sessões referentes ao texto da lei do orçamento, receita e Tribunal de Contas da União. Os senadores Pompeu de Souza (PMDB/DF), Albano Franco (PMDB/SE), Mauro Benévices (PMDB/CE), Iram Saraiva (PMDB/GO), Maurício Corrêa (PDT/DF), Alexandre Costa (PFL/MA) e Mauro Borges (PDC/GO)

apresentaram pareceres parciais sobre outras partes do orçamento, aprovando o projeto original, exceção feita ao senador Mauro Borges.